

Encontrando Heleieth Saffioti nos rastros dos arquivos da ditadura civil-militar brasileira

Samantha Camacam de Moraes* e Maria Aparecida de Moraes Silva**

Resumo:

Este trabalho é parte do trabalho de doutoramento em curso, *A trajetória de Heleieth Saffioti (1934-2010) no campo sociológico e feminista brasileiros*¹, que investiga a trajetória dessa que foi pioneira nos estudos sobre a condição feminina na América Latina. Apresentaremos alguns achados inéditos no que diz respeito à sua experiência com a ditadura civil-militar brasileira. Por meio de pesquisa documental e entrevistas, visamos perscrutar o cenário político que produziu formas específicas de vigilância a movimentos e atores sociais, mas também um fazer sociológico típico da geração da qual fez parte. A análise de sua trajetória singular é um convite para aprofundar-se em sua história, mas também indagar sobre as permanências e os desdobramentos da ditadura na consolidação da extrema direita brasileira da última década.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti; Ditadura Civil-Militar; Órgãos de vigilância; Intelectuais.

Finding Heleieth Saffioti in the archives of the Brazilian civil-military dictatorship

Abstract:

This work is part of the ongoing doctoral work, *The trajectory of Heleieth Saffioti (1934-2010) in the Brazilian sociological and feminist field*, which investigates her trajectory, which was a pioneer in studies on the female condition in Latin America. We will present some unpublished findings regarding her experience with the Brazilian civil-military dictatorship.

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2021/00305-2. End. eletrônico: samantha.camacam@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5058-8445>

** Livre docente, Doutora em Sociologie du Développement. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil. End. eletrônico: mariaamoraes44@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0019-7806>

¹ Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Through documentary research and interviews, we aim to scrutinize the political scenario that produced specific forms of surveillance of movements and social actors, but also a sociological practice typical of the generation she was part of. The analysis of her unique trajectory is an invitation to delve into her history, but also to inquire about the permanence and consequences of the dictatorship in the consolidation of the Brazilian extreme right in the last decade.

Keywords: Heleieth Saffioti; Civil Military Dictatorship; surveillance agencies; Intellectuals.

Introdução

Há pelo menos quatro décadas, trava-se uma luta pelo direito à memória em torno dos acontecimentos e dos crimes perpetrados pela ditadura civil-militar brasileira. Empunhando a bandeira de “lembrar para não esquecer”, muito se tem retomado desse passado por meio do Projeto Memórias Reveladas. Desde 2005, segundo Passarin e Karpinski (2019), determinou-se que os documentos ditatoriais, mantidos sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência, fossem enviados ao Arquivo Nacional. Esse decreto, entretanto, manteve o sigilo de parcela do acervo por até 50 anos, o qual foi alterado pela Lei de Acesso à Informação promulgada no governo Rousseff. A Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012, realizou grande parte dos esforços em trazer a público essas memórias recônditas. Esses são fundamentais para democratizar e difundir o patrimônio documental do Brasil, afinal informação e memória são bens públicos.

Que militantes, intelectuais, operários e qualquer pessoa que julgavam ser ameaça à ordem tenham sido perseguidos, vigiados, torturados e assolados é claro como a luz do dia. Mas, foi por meio dessa reconquista da informação e da memória do vivido é que uma nova leva de pesquisas tem olhado para a vigilância a movimentos e atores sociais durante o período, os meandros desses mecanismos e as relações sociais que engendravam. Ainda mais imaturo é o exame da relação entre vigilância e movimentos feministas brasileiros por razões, elencadas por Duarte (2019), que vão desde seus conflitos com a esquerda da época até a parca sistematização documental sobre o tema.

Neste artigo discutiremos o caso da socióloga Heleieth Saffioti nestes documentos, como emblemático para reflexão sobre o passado e o presente. À luz da trajetória eleita, em primeiro, focalizamos a dimensão social e institucional da intelectualidade da época; em segundo, adentramos os meandros do aparelho de Estado e discutimos atuação política e vigilância; por fim, apresentamos elementos para reflexão da ascensão da extrema direita no Brasil recente. Por meio de pesquisa documental ao Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Nacional e de entrevistas com intelectuais e militantes, examinamos as movimentações do regime em relação à pioneira nos estudos sobre a condição feminina na América Latina. Os documentos que analisamos tratam de achados inéditos que nos permitem também

adicionar camadas na compreensão de sua trajetória e de seu fazer sociológico, objeto de estudo do doutoramento em curso do qual este artigo nasceu.

Trajatória de Heleieth

Terceira geração de italianos e natural do interior paulista, Ibirá/SP, Heleieth Lara Bongiovani Saffioti chegou na capital paulista para dar seguimento aos estudos no final dos anos 40. Em 55, por ser inconformada com injustiça sociais (Mendes; Becker, 2011) e porque havia convênio entre a Universidade de São Paulo e as escolas normais (Pinheiro, 2016), optou pelo vestibular em Ciências Sociais, curso em que ingressou em 1956 e concluiu em 1960. O ambiente de sua juventude foram os auspiciosos anos 50 em que houve modificações na composição social da intelectualidade.

O que Ridenti (2007, p. 190) chamou de “[...] as novas classes médias que se estabeleciam, com forte presença de descendentes de imigrantes e de pessoas vindas do interior para as capitais, que na sua maioria compunham a primeira geração familiar a atingir o ensino superior”. Havia, portanto, a conjunção de setores tradicionais decadentes e setores novos em busca de seu lugar social na qual o estudo – com a ampliação do ensino público após os 50s – apontava como caminho destes últimos (Ridenti, 2007). Heleieth, de origem pobre, enquadrava-se nessa caracterização. Seu ingresso nas Ciências Sociais da USP é exemplar desse movimento que logrou em êxito, já que se tornou uma intelectual internacionalmente reconhecida anos depois.

Foi na cidade de Araraquara/SP que a recém formada adentrou a docência e pesquisa em 1962. Entretanto, a cidade não fora receptiva à sua chegada e a de seu esposo, Waldemar Saffioti, que eram considerados comunistas, como relatou a Gonçalves e Branco (2011, p. 72).

Na cidade, o Saffioti e eu – olha que era grave nossa situação, nós dois éramos tidos como comunistas [...]. Então a cidade dizia que [...] que nós éramos da linha chinesa e eles [Salomão e Fanny Tabak] eram da linha russa, enfim, umas besteiras. Mas a cidade nos recebeu muito mal, porque mulher sozinha era puta direto e mulher casada não recebia esse sobrenome, mas era no mínimo comunista, a não ser que fosse uma reacionária daquelas para não ser considerada comunista.

Era a entre sala do golpe, o qual vinha sendo gestado há pelo menos dez anos e, pelo que sabemos, eles imaginavam o que se sucederia a partir de 1964. Mas, já em 1963, constam registros de vigilância a pessoas comunistas na cidade, conforme vimos em documento do Serviço Nacional de Informações (SIAN, 1976). Não tardou o casal Saffioti receber igual alcunha para além dos buchichos da cidade:

agora, constava em letras vermelhas garrafais nas dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP).

Foi no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o qual abriga o arquivo do antigo Deops (SP) – polícia política criada em 1924 que foi incorporado pela ditadura sessentista e teve seu fim somente em 1983 – que nos deparamos com tais informações. Após pesquisar por seus nomes e variantes², quatro documentos revelaram-se, sendo os mais longevos de agosto de 66. Em seu verso, as anotações evidenciam que Heleieth e Waldemar compunham uma relação de elementos (*sic*) do Partido Comunista e simpatizantes do interior do estado de São Paulo (APESP, 1966a, 1966b). Uma dessas fichas, vê-se a seguir.

Cúteis		SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Cabelos		Departamento Estadual de Ordem Política e Social	
Bigode		Ficha n.º	Nome : WALDEMAR SAFFIOTTI e Senhora
Olhos		Data: 01.08.66	Vulgo : VIDE VERSO
Estatura		Rev. 20.08.81 - EJC	Prontuário Delegacia n.º
Marcas			Prontuário Geral n.º
		Atividade : COMUNISTA	
Filiação	Pai :		
	Mãe :		
Idade:	anos. Nascido em	de de 1 Sexo	
Nacionalidade:		Natural de:	
Estado civil :		Profissão : Professores da Faculdade de Filoso	
Ordenado: Cr\$	Local de trabalho:	fia de Araraquara/SP.	
Residência:			
É Sindicalizado?	Sindicato e locais que costuma freqüentar:		

S.G. - S.S.P. - Mod. 67

Figura 1 – Ficha de “Waldemar Saffiotti e Senhora” (Deops/SP)

² A busca no Arquivo Público de São Paulo ocorreu depois temporalmente de nossa empreitada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. A metodologia utilizada foi semelhante e está mais detalhada na seção adiante.

Araraquara (FFCLA)³; Heleieth, que ingressara na Pedagogia, logo recebeu convite de Luiz Pereira para ser assistente na disciplina de Introdução à Sociologia. Lahuerta (2001) e Ridenti (2007) entendem essa ampliação das instituições públicas como característica da modernização autoritária brasileira que, diferentemente da Argentina, investiu no projeto nacional apesar da repressão política e da censura.

Havia, assim, um espaço relativo de liberdade de limites bastantes porosos. O curso de Ciências Sociais é criado em 1963 na FFCLA e, no ano seguinte, ingressa a aluna Maria Aparecida de Moraes Silva. Ela que fora aluna e amiga de Heleieth pela vida, contou que aquele era um momento marcado por desaparecimento de professores, aposentadorias compulsórias e abandono de discentes. Sua turma, a exemplo, iniciou com 30 alunos em 1964, e eram só seis na metade do ano. Houve o episódio em que Paul Singer lecionava Economia Política Brasileira para sua turma, alguém bateu à porta, cochichou-lhe algo e ambos fugiram pela janela. Logo em seguida, entraram militares a sua procura. Destarte, a FFCL era visada porque havia uma resistência docente e discente importante, havia líderes estudantis e, inclusive, um deles desapareceu.

Maria relembrou que, em 1965, ocorreu a entrada de quatro militares fardados que passaram a assistir todas aulas do curso de Ciências Sociais. Heleieth ministrava aulas para todos eles e não mudava o conteúdo programático. Nesse contexto, professores iam desaparecendo e suas disciplinas ficando vagas. Muitas vezes, era a professora quem assumia essas aulas para atenuar os danos à formação. Nas palavras de Maria Moraes,

[...] a Heleieth, tanto ela, quanto o professor Saffioti, eles... estavam ali numa corda bamba, eu diria. Porque todos nós sabíamos do posicionamento político deles e é claro que a ditadura também. Agora, de forma nenhuma ela deixou, por exemplo, de nos ensinar Marx. Eu aprendi Marx, li Marx pela primeira vez nas aulas dela. Então, ela dava uma Sociologia... Clássica, dos clássicos, inclusive o próprio Marx, ela nunca deixou de dar.

Em meio a inúmeras aulas, corria contra o tempo para finalizar sua tese de livre-docência e cumprir com a normativa do Conselho Estadual de Educação (CEE) que obrigava o/a professor/a a entregar sua tese até dezembro de 1966. À socióloga coube, adiante, a escolha da banca, a qual foi alterada pelo conselho que era o órgão administrativo e ideológico dos Institutos Isolados, incluindo a FFCLA. Vê-se, assim, seu grau sobre as instituições de ensino e seu papel de agentes do regime.

³ O objetivo do governo Goulart era implementar a Química no interior paulista para formar professores ao ensino secundário, pois havia escassez desses naquele momento (Massabni; Melios; Franco, 1999).

Afora a má recepção da cidade e a censura do CEE, a socióloga narrava não ter sido alvo do regime, isto é, não foi presa, torturada ou perseguida. Contou, certa vez, que, quando trabalhou com Luiz Pereira, prontamente recebeu o “carimbo de comunista” por tabela, o que não soube em 64 (Gonçalves; Branco, 2011, p. 78). Além do Deops, tal título está a ela atrelado nos anais da história da espionagem do Brasil também no repositório do Serviço Nacional de Informações em uma lista de infiltrados comunistas em instituições de ensino no estado de São Paulo duas décadas depois (SIAN, 1982a).

Mas, nos anos 60, não sabia disso. Ouvira somente um boato de que seu nome e o de Waldemar estavam na lista dos demissíveis, o que não ocorreu. Na verdade, o diretor da época, segundo sua visão, não o fez porque ambos eram fundamentais para a existências dos cursos em que se dedicavam. “Escapamos [...] pela vaidade de um cidadão que não queria manchar o seu currículo. Mas também pela visão dele, porque nunca nos considerou comunistas. Um dentista muito mais sábio! Nós não éramos comunistas, éramos socialistas e continuamos a ser” (Gonçalves; Branco, 2011, p. 79-80).

Em documento do acervo do CEE, o diretor defendia a renovação de seus contratos, pois se tratavam de “[...] duas pessoas de alto valor moral, capazes e cultas, que tem se dedicado com o maior desvelo e carinho aos interesses desta Escola”. Enaltecia o renome de Waldemar e o trabalho árduo de Heleieth em uma das cadeiras mais desafiadoras do currículo. Não havia quaisquer manifestações ideológico-políticas estranhas “[...] à formação cristã da nossa gente, ou atentatória à ordem social vigente, e jamais pude perceber, ou caracterizar, por parte deles, qualquer tentativa de agitação no meio docente e entre alunos” (Normativas, 1964).

Talvez, porque esses eventos são anteriores ao Ato Institucional 5 e esse mundo interno se robustecia nas Ciências Sociais, a professora teve a alguma liberdade de não alterar seu sistema de aulas, falar o que desejava e politizar os alunos (Méndez, 2010). Pela docência exigir uma dedicação intensa de seu tempo, considerava essa a sua militância. Por isso, dizia que não militava tanto no sentido *stritu*, mas se considerava uma militante de “primeira categoria”, se ampliado o conceito para ações em sala de aula, escrita, conferências etc. (Gonçalves; Branco, 2011, p. 79).

Isso corrobora a ideia de Lahuerta (2001, p. 71) de que “as próprias práticas coercitivas e repressivas dos regimes militares teriam colocado as sociedades latino-americanas diante de uma drástica mudança na quotidianidade de todos os grupos sociais, especialmente dos intelectuais”. Essa trajetória singular pode ser paradigmática de uma geração que precisou lançar mão de novas práticas sociais e políticas frente ao cenário que atravessaram.

Ideias contra a ordem estabelecida

E as novas formas de sociabilidade vinham também do Estado. Samways (2013) analisou como os mecanismos de vigilância e espionagem sofisticaram-se profusamente entre 1964 e 1985 em relação ao Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), o serviço secreto brasileiro, criado em 1946 no governo Dutra. Seu sucessor, o Serviço Nacional de Informações, um órgão de inteligência e coleta de informações, foi criado por Castelo Branco em 1964 para enfrentar uma “guerra psicológica” contra o perigo comunista, acompanhando a vida de adversários e até de aliados políticos⁴.

Com essa história em vista, pairava uma curiosidade: será que uma mulher feminista e marxista que lecionava Marx com militares em sala de aula e situava-se em uma região importante politicamente passou despercebida pelo radar da vigilância? Procurando tal resposta, rumamos para o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e lá adentramos um universo novo. Na busca de fundos e coleções do arquivo, inserimos seu nome e suas variações (*heleieth*; *heleieth saffioti*; *heleieth iara bongiovani saffioti*; *saffioti*) e revelaram-se inúmeros resultados⁵.

Desses, selecionamos 74 documentos, incluindo aqueles em que seu nome aparecia *en passant*. Eles abarcam o período de 1972 a 1992 (somente um não está datado) e concentram-se, majoritariamente, no fundo do SNI. No geral, tratam sobre entrevistas, reuniões, encontros, livros, artigos, viagens, citações, articulações e posições políticas da autora. Realizamos uma leitura exploratória nos 74 e destacamos aqui aqueles em que foi alvo de comentários, grifos e/ou advertências. Ordenamos, *idem* a seção anterior, em pastas de dispositivo virtual físico com o padrão data, nome do fundo e título do arquivo.

Havia arquivos em diversos fundos, como o do SNI, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, do Conselho de Segurança Nacional, do Gabinete do Ministro da Justiça, das Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima (Telebrás) dentre outros. Sob a batuta de Médici, o sistema de vigilância e repressão ramificou-se por meio de agências regionais, Divisões de Segurança e Informações (DSI) (ministérios civis) e Assessorias de Segurança e Informação (ASI) (setor público), então a informação espraiava-se com brevidade.

⁴ Isso está na base da criação do SFICI, o qual teve aporte financeiro e ideológico dos EUA e da França, após a Guerra da Argélia, que contribuiu com “[...] o conceito de guerra revolucionária, o qual foi importante para os sistemas de informação, organização do aparato repressivo, além da tortura e do desaparecimento” (Samways, 2013, p. 87).

⁵ Ao longo da pesquisa, descobrimos que os militares eram um tanto criativos com a grafia de seu nome: *eleiech*; *eleiet*; *eleieth*; *elieth*; *heleiete*; *heleieth i. b.*; *heleieth*; *helieth*; *helieth*; *helieth*; *helleieth*; *helleieth*; *helleieth*; *hellieth*; *saffiott*; *saffiott*; *saffiotti*; *safiotti*; *safiotti*; *saiotti*; *sassioti*.

A capilaridade dessa estrutura, conhecida como Comunidade de Informações (Samways, 2013), é o que permitia manter olhos em tudo e todos. Ilustrando, trazemos a ASI Embratel do Rio de Janeiro que, em 1973, atentou para uma funcionária que havia participado dos encontros do I Conselho Nacional de Mulheres em 1972 (SIAN, 1973). Registraram-se, ainda, mobilizações feministas até 1975 por meio de recortes de jornais e correspondências. Esse trabalho, se assim podemos chamar, resultou na preservação da história de movimentos e seus atores sociais. Pois, não raro, há uma série de materiais anexos a esses dossiês caros à história.

Listas de obras com “teor adverso” eram enviadas a essa rede e por ela circulavam como alerta. O livro *Mulher Brasileira: opressão e exploração* da socióloga, lançado em 1984 pela editora Achiamé, foi classificado como tal, chegando à Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Funai e à Telebrás. Neste arquivo, descreveram sua autora como militante do Alicerce da Juventude Socialista (AJS/SP) e seu “[...] livro de cunho político, que procura complementar a bibliografia brasileira de estudos marxistas e de estudos sobre a condição feminina na sociedade brasileira” (SIAN, 1984b).

Durante os anos 70, entre agosto e dezembro, haviam investigações em curso sobre a vida de Waldemar Saffioti que se candidatava a vereador pelo MDB/Araraquara. Nesse “juízo sintético” que realizaram, continham registros antecedentes que incluíam sua família.

28 DEZ 70 - É casado com HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI; ambos fizeram uma viagem à França, onde sua esposa foi fazer curso na Sorbone; na França fizeram contatos com a CNRS (CENTRO NATIONAL DE LA ROCHERCHE SOCIETIQUE); [...] por ocasião de sua volta ao BRASIL com seus familiares, ao descer do navio em Santos, foi molestado, tendo em vista que muitos livros sobre sociologia, faziam parte de sua bagagem; juntamente com sua esposa, sonham com um comunismo no BRASIL e defendem a formação de quatro partidos políticos no BRASIL, na atualidade. [...]

24 SET 75 - O Secretário do Planejamento do Governo do Estado de São Paulo – JORGE WILHEM proferiu conferências com debates, onde WALDEMAR SAFFIOTI e sua esposa HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI, fizeram perguntas de cunho esquerdista (SIAN, 1976).

Waldemar foi eleito naquele ano de 1976. Dois anos depois, participou ativamente na construção da Convergência Socialista, organização de orientação trotskista criada em 1978. Há um dossiê que registrou parte dos esforços dispendidos pelo SNI em perseguir a organização e seus membros (SIAN, 1978a, 1978b). Estudavam seu programa e história, participavam de reuniões e catalogavam

seus passos, dados anteriores sobre participantes, suas falas e ações. Em março daquele ano, ocorreu seu segundo encontro nacional, no qual Heleieth compôs a mesa que o presidiu, mas partiu logo feita sua fala (SIAN, 1978a). Isso já foi suficiente para enquadrá-la como militante da Convergência e até adiante, em 84, do Alicerce da Juventude Socialista (SIAN, 1984b), alcunha que passaram a adotar (Couto, 2009).

Um ano depois, em 79, a DSI do Ministério dos Transportes se encarregou de levantar nomes e perfis de comunistas e simpatizantes atuantes em diversos setores do país. Dentre 227 pessoas⁶, estava Heleieth Saffioti descrita como agente de proselitismo de esquerda na FFCLA junto a seu esposo, ativista da Convergência Socialista, visitante de países da Cortina de Ferro e atuante à esquerda nos congressos da SBPC (SIAN, 1979).

Suas posições e movimentações políticas continuaram a despertar atenção, tendo os levado a elaborar um juízo de sua pessoa, prática corriqueira no sistema. A suspeita é que Heleieth se lançaria a um cargo eletivo pelo PMDB em 1982 em Araraquara/SP (SIAN, 1981). Certa vez, disse: “acho que o único partido que não me expulsa – durante a ditadura eu me filiei ao MDB e por inércia continuo filiada até hoje – é o PMDB porque é um saco de gatos, cabe tudo lá dentro” (Trindade, 2012, p. 145). À título de apuração, contactamos o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em julho de 2022 que não encontrou informações sobre essa ou qualquer filiação partidária⁷.

Trazemos isso para elucidar os percursos da pesquisa já que a falta de registros não significa inexistência da relação com o partido, tampouco elimina a perseguição sofrida. O que é certo é que ela nunca se candidatou e nem dava indícios dessas pretensões. Corroborando que “[...] tais relatórios eram produzidos, muitas vezes, de forma distorcida pelos agentes de informações, os quais enxergavam o perigo da subversão em praticamente tudo. Por outro lado, [...] essas informações contribuíam para a própria repressão” (Samways, 2013, p. 88).

Então, em dezembro de 1981, elaboraram um arquivo que conta a história pessoal, acadêmica e política da socióloga. Nela, há passagens de escritos, mas também falas *ipsis litteris* em eventos. Além de levantar o histórico do sujeito, seu objetivo é sintetizar sua posição ideológica (“esquerdista”), suas ligações políticas (“Convergência Socialista, igreja progressista e vereadora Miriam Schiel de São

⁶ Para citar algumas: Antônio Cândido, Caio Prado Jr., Chico Buarque, Darcy Ribeiro, D. Helder Câmara, Eduardo Suplicy, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, José Serra, Ruth Escobar, Marilena Chauí, Mario Covas, Mario Pedrosa, Oscar Niemeyer, Ulysses Guimarães, Vinicius de Moraes etc.

⁷ Realizaram-se consultas no sistema FILIA (mecanismo de consulta de filiação partidária), o sistema ELO6 (que era utilizado antes para esse fim), a 1ª Zona Eleitoral de São Paulo (seu último domicílio) e o Tribunal Superior Eleitoral, obtendo o mesmo resultado.

Carlos/SP”) e sua atitude perante a “revolução de 64” (“contrária”) (SIAN, 1981, p. 4).

Há ainda informações acerca de sua produção acadêmica e sua repercussão no país. Como quando “denunciam” que, em 1980, a Universidade Paulista andava lendo sua tese – chamada por eles em outro momento de *A mulher na sociedade de classes: espírito e realidade* – que “[...] mostra que a mulher é explorada no regime capitalista, inclusive em sua matriz, os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA)” (SIAN, 1981, p. 1). Demonstram, inclusive, contato com a literatura ao citar trechos do texto em questão. Nessa matéria, outro arquivo descreveu seu livro *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher* como uma das referências utilizadas pelo PCdoB como “fonte de consulta para o movimento feminista” (SIAN, 1984a).

Feminismo como prática política

Além da frente política, o SNI atuava contra as drogas e a pornografia, pois entendia que eram ambas estratégias comunistas de desmantelamento do mundo ocidental. “Com o avanço dos meios de comunicação e com a expansão da televisão e do cinema, os setores anticomunistas entendiam que os subversivos estariam se apropriando de armas psicológicas para conquistar corações e mentes” [...] (Samways, 2013, p. 92). Como vírus, tais comportamentos e valores se espalhavam e atacavam a moralidade conservadora, como o amor livre em pauta na época.

Conforme o feminismo se adensava na década de 1970, entrou para o quadro de ameaças, pois era igualmente virulento e ameaçador à tríade deus-pátria-família. Esse período na América Latina pautou-se em lutas contra as ditaduras, crescimento da participação das mulheres no mundo do trabalho e nas organizações de base e efervescência na formação política da categoria. No Brasil, adiantem, a articulação pela transição democrática contribuiu na consolidação do feminismo, cujo auge se deu em 1975 (Saffioti, 1980). Não à toa era encarado como uma forma de desestabilização do regime pelo comunismo por meio da articulação (conflituosa, sabemos) com organizações de esquerda (Duarte, 2019).

Justificava-se, logo, a vigilância ao movimento e a suas participantes. Assim como Heleieth Saffioti teve seus passos mapeados, o mesmo se deu com outras feministas – exemplificando, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro e Sueli Carneiro (Duarte, 2019; Santana, 2021). A surpresa de se saber espionada, apesar de desconfiança e conhecimento, não é incomum quando jogamos luz nesses acervos documentais.

Infiltravam-se em seus espaços organizativos e de luta e acompanhavam de perto aquele movimento que “[...] ainda não saiu às ruas. Mas os grandes temas começam a ser agitados”. Atentos ao crescimento dos movimentos feministas no

mundo e no país, temiam que seus preceitos chegassem às televisões brasileiras e que se aproximassem da “ideologia de esquerda” (SIAN, 1975c, p. 661)⁸.

Naquele ano, monitoraram de perto as mobilizações ao redor do I Encontro Diagnóstico da Mulher Paulista em que Heleieth Saffioti esteve envolvida (SIAN, 1975a, 1975b). Em junho de 1982, agentes dos órgãos de vigilância da ditadura marcaram presença em ciclo de debates realizados na Ordem dos Advogados do Brasil/RS sobre o novo estatuto social da mulher. Heleieth Saffioti, uma das autoras do projeto do novo Estatuto Civil da Mulher⁹, discorreu sobre sistema econômico e discriminação sexual, tendo sua fala chamado atenção dos espíões. Junto a isso, há um compilado de recortes de jornais sobre o tema e um deles é uma entrevista de difícil acesso da socióloga ao jornal *Correio do Povo* em 11 de julho. Outro é do jornal *Zero Hora* de 18 de junho e, novamente, Heleieth foi foco da matéria “Brasil discrimina as suas mulheres” (SIAN, 1982b).

Quando em 1983 a socióloga compôs o Conselho Estadual da Condição Feminina – primeiro em sua comissão provisória e, depois, na diretoria como suplente –, seu nome passou a constar em mapeamentos do SNI de mobilizações do estado (SIAN, 1984c). Adiante, apesar de iniciada a transição democrática no país, documentos confidenciais registraram a ocorrência do 1º Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres em São Paulo/SP em 1988 (SIAN, 1988).

Esses achados vêm para acrescentar tinturas ao estudo da trajetória de Heleieth, principalmente, no que se refere à dimensão política de seu fazer sociológico sempre atento às demandas da prática social, parte olvidada de sua história. Na toada das prioridades da militância dos anos 80 (violência e saúde), H. Saffioti adentrou a arena pública em prol de políticas públicas para as mulheres, tendo se relacionado, dali em diante, às lutas pelas Delegacias de Defesa das Mulheres (DDMs), das Promotoras Legais Populares (PLPs), do Conselho Estadual da Condição Feminina, do SOS Corpo, da União de Mulheres de São Paulo, da União Brasileira de Mulheres (UBM) etc. Algo que Mills (1969, p. 20) entendia ser a principal tarefa política intelectual e política do cientista social: “deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas”.

Contribuindo na formulação de uma saída aos problemas de nossa realidade por meio das Ciências Sociais, ela lançou-se ao terreno público e somou à construção da democracia por meio da tradução de questões pessoais em públicas (Mills, 1969). Desempenhando, assim, sua tarefa política enquanto cientista social.

⁸ O que de fato ocorreu na medida em que o movimento crescia, diferentes grupos de esquerda passaram a disputa-lo e interferir na condução de suas lutas (Duarte, 2019).

⁹ Conforme o documento, sua elaboração contou ainda com as juristas Renita Maria Hüllen, Rejane Filipi e Mercedes de Moraes Rodrigues e o presidente da OAB/RS José Maria de Freitas Beck (SIAN, 1982b).

Heleieth Saffioti faleceu antes de ter acesso a esses documentos. Partiu sem saber que era mais vigiada do que imaginava, bem como muitos.as de sua geração.

Vigilância sistemática essa que não era exclusiva a ela, mas também ao conjunto daqueles que se movimentavam em quaisquer direções. E só pudemos sabê-lo porque lutas por direitos à memória e à justiça democratizaram um patrimônio que pelem ocultar sub-repticiamente para reprimir. Porque realizavam espionagem sistemática, esses arquivos são caros à história de nosso país. Um dos motivos, seguramente não era o objetivo dos militares: ao perseguir, produziram memórias de lutas políticas e seus atores que estão preservadas. Apropriar-se dessa história, portanto, é um movimento de revestir passado, presente e futuro com novos significados.

Essa incursão nos permite ir também a outro lugar que são as formas da persistência da ditadura na sociedade brasileira. Como falou Samways (2013, p. 100), “a intrincada rede que une informação e repressão, com a participação de vários órgãos, fez desse período um dos mais violentos de nossa história recente. Uma violência e uma estrutura que deixaram marcas profundas em nossa sociedade até os dias atuais”. Uma delas, o custo da manutenção de anos dessa máquina paranoica e violenta foi a pilhagem que deixou o país em destroços: inflação e dívida externa altíssimas e silêncio imposto pela anistia e pela transição de conchave. Outra foi a herança da ideologia da segurança urbana e cidadã que derivou da questão da segurança nacional.

Nas periferias do Brasil, a chamada “democracia” pairou como promessa de campanha tanto é que enquanto se falava em transição democrática nos 90s, ocorria a “época das guerras”, momento de maior taxa de homicídio da história (a cada 100 mil habitantes, mil homens entre 15 e 25 anos eram mortos) (Feltran, 2021). A guerra contra a “subversão” continuava agora contra uma parcela específica e racializada da população, a juventude negra e favelada e os povos tradicionais e originários, em territórios onde o Estado sempre foi de exceção¹⁰. A ideologia de seu *modus operandi* parece, ao nosso ver, ser emprestada de seus antecessores: o combate à subversão da ordem, agora, encarnada na figura da bandidagem e da vadiagem.

Esse ciclo de espoliações e violência não se encerrou em 1985. Há um fio que liga a privatização de FHC, a Chacina da Baixada, a Lei Antiterrorismo de Dilma, o orçamento secreto de Bolsonaro à tentativa de golpe no começo de Lula 3. Nesse, há uma fratura aberta pela ditadura em nosso tecido social a qual gestou os ovos da

¹⁰ O jogo de palavras não implica em um Estado ausente nesses territórios. Ao contrário, ele se apresenta pelo uso da força, mas também em serviços de assistência, saúde de educação (Feltran, 2021).

serpente¹¹ da extrema direita que aqui eclodiram em 2013. E suas crias vem se espichando e alastrando desde então. Em 2018, elegeram um de seus espécimes mais peçonhentos para gerir um projeto nacional de destruição e extermínio. Para regozijo do covil, ao lado dos 434 mortos e desaparecidos pela ditadura, novos corpos não param de chegar nas valas abertas em nome dessa guerra. Mas, não foi desde 1500 que se instaurou esse estado de permanente exceção?

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). [SAFFIOTTI HELEIETH]. São Paulo, 197-a. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. DEOPS/SP, Fichas. Disponível em: <https://tinyurl.com/ykuzukme>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. [SAFIOTTI HELIETH]. São Paulo, 197-b. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. DEOPS/SP, Fichas. Disponível em: <https://tinyurl.com/2a5udz fz>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. [Hellieth Iara Bongiovani Safiotti]. São Paulo, 1966a. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. DEOPS/SP, Fichas. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx69fdbe>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. [Waldemar Saffiotti e Senhora]. São Paulo, 1966b. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. DEOPS/SP, Fichas. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr3f9fb3>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, v. 3, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/5dd2wess>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COUTO, André. *Convergência Socialista*. FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/mry975sc>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 26, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3d5bv54d>. Acesso em: 27 jul. 2022.

¹¹ Metáfora usualmente utilizada para análise das condições do nazismo ou fascismo, popularizado por Ingmar Bergman em seu filme *O ovo da serpente*, de 1977. O termo, originalmente, deriva da tragédia *Júlio César*, de Shakespeare.

- FELTRAN, Gabriel. *Polícia e política: O regime de poder hoje liderado por Bolsonaro*. *Blog Novos Estudos Cebrap*, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/tms3svh5>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ya9cz64e>>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 8, n. 14/15, 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/2upm72xp>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- MASSABNI, Antonio Carlos; MELIOS, Cristo Bladimiro; FRANCO, Douglas Wagner. In memoriam. *Química Nova*, São Paulo, v. 22, n. 4, 1999. Disponível em: <https://tinyurl.com/3c6cf9yy>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/3b7ndm9m>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. por Natalia Pietra Méndez. Decupagem. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s3madt3>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- PASSARIN, Mariela; KARPINSKI, Cezar. Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yuujrpf4>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). *Cadernos pagu*, Florianópolis, n. 46, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/cs4b5zan>. Acesso em: ago. 2022.
- PORTAL DEMOCRÁTICO DE ATOS NORMATIVOS DE EDUCAÇÃO (NORMATIVAS). *Parecer nº 512/64*. São Paulo, SP: Conselho Estadual de Educação de São Paulo, 1964. Disponível em: <https://tinyurl.com/2hs8s66m>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/3m9yj8pp>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Prefácio da edição brasileira. In: LANGLEY, Roger; LEVY, Richard C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o SNI e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, n. 5, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3vxx2m6>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTANA, Bianca. *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). *ACE 012224/88*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1988. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/5sdxczhe>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. *ACE 043571/84*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1984a. Fundo SNI. Acesso em: <https://tinyurl.com/24e5sv23>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. *ACE 044121/84*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1984b, p. 15. Fundo SNI. Acesso em: <https://tinyurl.com/3zu6dva6>. Acesso em: ago. 2022.

_____. *ACE 15874/84*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1984c. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cb5unmm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. *ACE 13268/82*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1982a. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/2nvywu44>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. *ACE 4958/82*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1982b. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/yzwdnat8>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. *ACE 9933/81*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1981. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/8t6w6kc2>. Acesso em: 28 ago. 2022.

- _____. *ACE 010247/80*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1979. Fundo SNI. Acesso em: <https://tinyurl.com/2p8v2v4f>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- _____. *ACE 113721/78*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1978a. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/38spmdzd>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- _____. *ACE 111868/78*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1978b, p. 4. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/3kvxbrss>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- _____. *ACE 5802/81*. São Paulo, SP: Serviço Nacional de Informações, 1976, p. 28-29. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kfur7un>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- _____. *ACE 87725/75*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1975a. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/ysj5bd98>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- _____. *ACE 3066/80*. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1975b, p. 11-23. Fundo SNI. Disponível em: <https://tinyurl.com/4x9fzd6e>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- _____. *ACE 00397/75*. Brasília, DF: Assessoria de Segurança e Informações Telebrás, 1975c, p. 660-676. Fundo TELEBRÁS. Disponível em: <https://tinyurl.com/yu39z cud>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- _____. *ACE 00397/75*. Brasília, DF: Assessoria de Segurança e Informações Telebrás, 1973, p. 663-676. Fundo TELEBRÁS. Disponível em: <https://tinyurl.com/yu39z cud>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- TRINDADE, Hélió. *Ciências Sociais no Brasil: diálogos com mestres e discípulos*. Brasília: ANPOCS; Liber Livro.